

EDUCAÇÃO NO BRASIL: O RETRATO DA MERCANTILIZAÇÃO

Naara Queiroz de Melo (UAEd/ UFGG)

Melânia Mendonça Rodrigues (PPGED/ UFGG)

1. Introdução

O presente trabalho é resultado de pesquisa científica realizada para uma dissertação de mestrado, concluída no ano de 2018. Esse recorte da referida pesquisa apresenta os pressupostos da mercantilização da educação no Brasil, explicitando alguns mecanismos de privatização do sistema educacional, porém, enfatizando os interesses mercadológicos que direcionam as redes pública e privada de ensino. Dessa forma, a análise revela que, ao passo que a educação é declarada na Constituição Federal de 1988 como direito, as oscilações econômico-políticas do capitalismo afetam esse direito e determinam a maneira como ele será efetivado. Nesse sentido, as políticas educacionais, quando analisadas criticamente, deixam esmaecer a aparência democrática do Estado e mostram a face neoliberal deste último que age privilegiando o mercado em detrimento da população, deslocando a concepção de cidadania do viés emancipatório para o viés mercadológico. Um breve resgate histórico mostra que a educação no Brasil foi alicerçada nos moldes das parcerias público-privadas. Revelando que o direito à educação tem suas bases na relação dialética entre Estado e mercado e, mesmo quando declarado no texto constitucional, não encerrou a trajetória da educação entre o público e o privado. Com a maturação do Estado, o mercado foi ganhando contornos e visibilidade diferentes, tornando-se o grande sujeito da dita sociedade pós-moderna e assim determinando o modo de vida dos sujeitos conforme a ideologia mercadológica, disseminada pela grande narrativa da mercadoria (DUFOUR, 2005) através dos intelectuais orgânicos e das instituições pedagógicas (CURY, 1985). A partir da ideologia de mercado, o Estado alinha as diretrizes da educação pública à lógica das empresas privadas, legitimando e incentivando, a cada dia, novas formas de privatização e mercantilização dos serviços educacionais, reforçando o ideário social de que a qualidade está onde a iniciativa privada toca. Esse ideário social da supervalorização da propriedade privada e da ideologia de mercado, construído historicamente a partir da ação regulatória, coerciva e educativa da relação Estado-mercado, permeia a materialização das políticas educacionais e o direcionamento da educação pública no Brasil

2. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida na perspectiva do materialismo histórico dialético, na direção de analisar as bases da mercantilização da educação no Brasil, na perspectiva crítica; discutir sobre a concepção de mercado enquanto norteador da ideologia dominante e analisar o alinhamento das diretrizes da educação pública à lógica das empresas privadas. Nesse sentido, foi realizado levantamento bibliográfico para o resgate histórico das bases da educação pública no Brasil; e análise documental de políticas direcionadas para o sistema educacional, enfatizando a relação entre as esferas pública e privada na educação.

3. Resultados e Discussões

Desde o primeiro formato da instrução pública no Brasil, os interesses e recursos públicos e privados estiveram vinculados, ficando, por vezes, nebulosa a delimitação da atuação do poder público e das instituições privadas. O que faz das fronteiras entre o público e o privado na educação brasileira um debate frequente, e a problemática acerca deste tema sempre relembra a cada (re)configuração do sistema capitalista. A educação pública percorreu um longo caminho até sua efetivação enquanto direito público subjetivo, sendo somente garantido no texto constitucional de 1988. Desde o momento da constituinte, já se percebia a disputa entre projetos antagônicos de sociedade que resultou, em parte, em uma conciliação de classes que favoreceu, evidentemente, a classe dominante, perpetuando a tradição do Estado burguês quando esse processo expressa uma revolução passiva, como afirma Carlos Nelson Coutinho, e as particularidades da revolução burguesa no Brasil, perpetuando o caráter econômico e culturalmente dependente do país, como analisa Florestan Fernandes, inserindo textos e emendas que favoreceram o mercado educacional, inclusive financiado com dinheiro público. A guerra entre ideologias, como se vê, não se limitou (e nem poderia) ao campo das ideias, ficando expressa em políticas públicas que, em sequência à promulgação da Constituição Federal, continuaram ampliando os benefícios do Estado ao mercado, aquecendo a tensão entre o direito do cidadão e a mercantilização dos serviços essenciais, dentre eles a educação. Um exemplo claro são as reformas educativas iniciadas na década de 1990, que abraçaram o discurso e os interesses do empresariado e direcionaram a educação pública para a formação do trabalhador polivalente e não para a de sujeitos emancipados (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). Além da mercantilização ou a privatização propriamente dita dos

serviços públicos, a ofensiva neoliberal que tomou conta da América Latina, sobretudo, a partir da década de 1990, disseminou algumas palavras de ordem, entre as quais a ‘participação’ da sociedade civil na execução de atividades ligadas ao Estado, reforçando, no senso comum, a ideia de ineficiência do poder público para administrar e executar políticas e o estímulo à filantropia, escamoteando a transferência da responsabilidade do Estado para a dita sociedade civil, que, nessa perspectiva, inclui os indivíduos, as organizações não governamentais e as empresas. Essa remodelagem de uma sociedade recém-saída de uma ditadura, a caminho de uma democracia que não aconteceu, coloca em evidência o aprofundamento da relação entre o aparelho de Estado e a burguesia empresarial e, conseqüentemente, põe em cheque o princípio da efetivação dos direitos sociais que deve acontecer pelas mãos do Estado no cumprimento de sua função de promotor da cidadania em sentido amplo. A cada estágio do Estado capitalista, o que se tornou mais evidente foi a visibilidade do mercado enquanto grande sujeito, de acordo com o grau de maturação e a conveniência do capitalismo. Esse grande sujeito só insurgiu como a bandeira hasteada de um padrão de sociabilidade, ou seja, uma doutrina escancarada e sem pudores, com o neoliberalismo, ou o “capitalismo sem luvas”, como o define Noam Chomsky (2002). A crescente visibilidade do mercado, desde os primórdios do Estado capitalista, expressa o que veio a ser a sua condição atual de divindade na sociedade dita pós-moderna (DUFOR, 2007). A sedutora narrativa da mercadoria faz um chamamento a uma divindade (DUFOR, 2005) que pode atuar como um “espírito escondido” com sua “mão invisível” que controla o modus operandi, mas se estabiliza no imaginário social porque essa ideologia conta com a solidez do objeto. Este último que materializa a pretensa verdade das promessas do deus mercado e é a porta de entrada para que toda a retórica do capital seja absorvida pela sociedade de tal forma que já se encontra naturalizada, como se não houvesse outra maneira de viver que não a dita pelo mercado. É nessa perspectiva, da ideologia do mercado, que seguem as diretrizes que conduzem a educação pública na sua expressão materializada: a escola

4. Considerações

A educação formal (pública ou privada), como não poderia ser diferente, é uma das esferas regidas pela ideologia da mercadoria, sobretudo, de maneira estratégica. Pois é a escola uma das instituições mais eficientes para educar os consensos e legitimar a política econômica

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



ditada pelo mercado e mantida pelo Estado. Educar é um ato político e, já dizia Florestan Fernandes, “não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar pelo compromisso com os exploradores ou com os explorados”. Dessa forma, não existe neutralidade na escola. Pelo contrário. A pedagogia tem intencionalidades e, como as instituições educativas são espaços de luta e contradições, reproduzindo a dinâmica do Estado capitalista, não resta dúvida de que se trata de disputas nas quais há um desequilíbrio entre as forças. O sistema educacional compreende as instituições públicas e privadas, que disseminam ideias pedagógicas seguindo percursos diferentes, mas, mesmo considerando as contradições que lhes são peculiares, projetam o mesmo destino final: a manutenção da desigualdade social.

6. Referências

- BRASIL. (Constituição). Constituição Federal de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/compilado.htm>. Acesso em: 21/09/2017.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M. *Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?* Revista Trabalho, Educação e Saúde. V. 1, nº 1, pp. 45- 60. 2003.
- CHOMSKY, N. *O lucro ou as pessoas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Contradição*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.
- DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud: 2005. _____ . *O Divino Mercado*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud: 2007.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.